

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O Estado de Mato Grosso Class.: Suruí - BO 166Data: 06/12/92

Pg.: _____

Omissão aumenta os problemas

O procurador da República em Mato Grosso, Roberto Cavalcante, afirma que somente o reaparelhamento dos órgãos de fiscalização poderá conter a "onda" de exploração de reservas indígenas em Mato Grosso. Cavalcante enviou, em setembro, ofício ao coordenador de Defesa dos Direitos da População Indígena (Codid), Wagner Gonçalves, denunciando a extração ilegal de madeiras nobres em áreas indígenas no norte do Estado e fazendo sugestões para acabar com o problema.

Segundo Roberto Cavalcante, o fato de a Funai estar "à deriva ou mesmo naufragada" está estimulando os índios a negociarem madeiras à pessoas "inescrupulosas", interessadas em dilapidar o habitat imemorial indígena. O problema é ainda mais grave, cita o procurador no ofício enviado ao Codid, porque "o Ibama nada fiscaliza. A receita Federal não atina para o problema da evasão fiscal e, por conseguinte, a impunidade se alastra ante a omissão dos órgãos do Poder Executivo".

Cavalcante diz que a situação é ainda mais grave porque "há fortes indícios de envolvimento de prepostos (funcionários) da União com a prática ilegal de exploração de madeiras, deixando um verdadeiro corredor aberto



Roberto Cavalcante: abandono estimula negociação ilegal

para o narcotráfico". Neste caso, o aliciamento implícito dos índios Suruí e Cinta-Larga, em Aripuanã.

Polícia "desatrelada"

Na opinião do procurador, as reservas indígenas só estarão realmente protegidas se a Funai for reestruturada e houver a criação de uma polícia "desatrelada" do Poder Executivo. Este trabalho poderia até ser feito pela Polícia Federal ou mesmo uma Judiciária a ser criada, o nome não importa diz Roberto Cavalcante, mas precisa ser necessariamente independente.

O argumento do procu-

rador é realmente válido. A criação de uma polícia judiciária federal, pelos menos teoricamente, faria com que problemas como o vivido hoje pela Polícia Federal, sem recursos para prestar serviços, deixassem de ocorrer. A possibilidade cresce neste momento porque no próximo ano haverá a revisão Constitucional, uma ótima oportunidade para os parlamentares repensarem o sistema atual.

Para Roberto Cavalcante, se nada for feito o Estado corre o risco de perder totalmente o controle da situação. "Estamos perto de instalar aqui, em plena área indígena, uma nova Colômbia", alerta o procurador.